

O QUE DIZEM OS(AS) DISCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA ACERCA DO HIV/AIDS?

WHAT DO THE UNDERGRADUATE OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF PAMPA SAY CONCERNING HIV/AIDS?

Ricardo Silva Simões Etchegaray [ricardosilvasimoes@hotmail.com]

Raquel Cristina Braun da Silva [cris.braunrc5@gmail.com]

Fabiane Ferreira da Silva [fabianesilva@unipampa.edu.br]

Universidade Federal do Pampa, Campus Uruguaiana

RESUMO

Este trabalho objetivou investigar as percepções dos(as) acadêmicos(as) da Universidade Federal do Pampa acerca do HIV/aids. Justifica-se pelo fato de que o HIV/aids é um grave problema de saúde pública no Brasil, bem como por ser o Rio Grande do Sul um dos estados com maior índice de casos por habitante do país. Para tanto, realizamos uma Pesquisa de Opinião com abordagem quantitativa, utilizando para coleta de dados um questionário on-line totalmente anônimo. Com esse instrumento, buscamos conhecer o nível de conhecimento/informação dos(as) participantes sobre o HIV/aids sobre as formas de transmissão e as práticas adotadas para prevenção, assim como verificar se o tema HIV/aids é abordado nos cursos de graduação e pós-graduação. Obtivemos um total de 1.200 devolutivas e os dados foram analisados por meio do método de estatística descritiva. Os(as) participantes da pesquisa, em sua maioria, são do gênero feminino, autodeclarados(as) de cor/raça branca e solteiros(as). Apresentaram conhecimento satisfatório sobre HIV/aids, mas necessitam de maior aprofundamento sobre aspectos de transmissão e prevenção. Quanto à discussão do tema HIV/aids nos cursos de graduação e pós-graduação, aproximadamente 80% dos(as) participantes afirmaram que este tema não foi abordado na universidade. Observamos que mitos, tabus e preconceitos sobre as formas de transmissão e prevenção do HIV/aids ainda persistem no imaginário social. Para finalizar, destacamos que conhecer as percepções de discentes da universidade sobre o HIV/aids é fundamental para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas para a construção de conhecimentos e para a mudança de comportamento. Com este estudo esperamos contribuir com o debate sobre este tema tão importante no cenário atual.

PALAVRAS-CHAVE: HIV/aids; saúde pública; sexualidade; universidade; educação.

ABSTRACT

This study aimed to investigate the perceptions of students from the Federal University of Pampa about HIV/AIDS. It is justified by the fact that HIV/AIDS is a serious public health problem in Brazil, as well as because Rio Grande do Sul is one of the states with the highest rate of cases per inhabitant in the country. To this end, we conducted an Opinion Survey with a quantitative approach, using a completely anonymous online questionnaire for data collection. With this instrument, we seek to identify the level of knowledge/information of the participants about HIV/AIDS on the forms of transmission and practices adopted for

prevention, as well as to verify if the theme HIV/AIDS is addressed in undergraduate courses and postgraduate studies. We obtained a total of 1,200 returns and the data were analyzed using the descriptive statistics method. Most of the research participants are female, self-declared of white color/race and single. They presented satisfactory knowledge about HIV/AIDS, but they need wider knowledge on transmission and prevention aspects. Regarding the discussion of the HIV/AIDS theme in undergraduate and graduate courses, approximately 80% of the participants stated that this topic was not addressed at the university. We observed that myths, taboos and prejudices about the ways of transmission and prevention of HIV/AIDS still persist in the social imaginary. Finally, we highlight that knowing the perceptions of university students about HIV/AIDS is essential to pedagogical strategies' development to knowledge construction and to behavior change. With this study we hope to contribute to the debate on this very important topic in the current scenario.

KEYWORDS: HIV/AIDS; public health; sexuality; university; education.

INTRODUÇÃO

De um modo geral, podemos dizer que os primeiros casos da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (aids) foram constatados no início dos anos 1980, nos Estados Unidos, a partir da identificação de um número elevado de pacientes adultos do sexo masculino, homossexuais ou bissexuais, que apresentavam uma forma de pneumonia e outros sintomas e acometimentos que não eram compatíveis com a idade e condições de saúde daquelas pessoas, situações que levaram à identificação desta nova doença (CASTRO; PEREIRA; SOUZA, 1986; VARGAS; BELLINE, 2013).

Desde então, pesquisadores(as), educadores(as), organizações não governamentais e órgãos governamentais, dentre outras instâncias sociais, dedicam-se a conhecer, compreender, tratar e prevenir a doença, além de proporcionar melhor qualidade de vida para as pessoas que a apresentam. No Brasil, ela foi diagnosticada pela primeira vez no início dos anos 1980, segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2018b). Nesse período, considerando os grupos de pessoas mais acometidas pela aids, concluiu-se que a sua transmissão era feita por meio de contato sexual, exposição ou transfusão de sangue e derivados e pelo uso de drogas injetáveis com compartilhamento de seringas. Nessa perspectiva, Seffner (1998, p. 132) argumenta que,

repetindo um processo já vivenciado no enfrentamento da sífilis no início do século, o primeiro movimento foi a nomeação e constituição de "grupos de risco". Nessa estratégia de relação, a doença é sempre um problema dos outros. No caso, os outros eram homossexuais masculinos, prostitutas e os usuários de drogas injetáveis. De forma genérica, aqueles que fazem sexo promíscuo.

Nesse contexto, para atuar frente à doença, foi criada e fundada em 1985 a primeira Organização não Governamental de luta contra a aids, a pioneira no Brasil e América Latina, nomeada como Grupo de Apoio à Prevenção à Aids (GAPA) (CONTRERA, 2000).

Após a criação pelo Ministério da Saúde do primeiro programa nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), começou a ser estimulada a criação, em nível nacional, dos Centros de Testagem e Aconselhamento (CTA), então designados Centros de Orientação e Apoio Sorológico (COAS) (WOLFFENBÜTTEL; CARNEIRO, 2007). O primeiro CTA foi implantado no ano de 1988, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul (WOLFFENBÜTTEL; CARNEIRO, 2007), município este que atualmente ocupa o primeiro lugar no ranking dos 100 municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes no número de casos da doença (BRASIL, 2018a).

No início da década de 1990, praticamente 10 anos após a constatação da síndrome, a Organização das Nações Unidas (ONU) anunciou que existiam no mundo 10 milhões de pessoas infectadas pelo vírus HIV. Nesse cenário, deu-se início, por parte do Sistema Único de Saúde (SUS), a distribuição gratuita de medicações antirretrovirais aos pacientes com HIV (GRECO, 2016). De acordo com Greco (2016, p. 1556),

Em 1991 o Brasil inicia a distribuição pelo SUS do AZT, fabricado localmente a partir de 1993. Este acesso confirmava a política dos direitos sociais e humanos explicitados na Constituição de 1988 e nos preceitos do SUS. E, pouco depois, o Brasil adota, pressionado pelos movimentos sociais e apoiado pela academia, a política do direito ao acesso aos medicamentos no SUS e aprova a Lei 9.313/1996.

No contexto da década de 1990, o entendimento sobre a aids passou a ser mais democrático, já que aumentou a notificação de casos de aids em outras populações, ou seja, qualquer pessoa poderia ser infectada com o vírus HIV. Weeks enfatiza que “sabemos agora que o vírus HIV, responsável pelo colapso das imunidades do corpo, causando a aids, não é seletivo no seu efeito. Ele afeta heterossexuais e homossexuais, mulheres e homens, jovens e velhos” (2010, p. 37). Questões como a feminização (aumento de casos em mulheres), a interiorização (aumento da incidência de pessoas com HIV em municípios do interior dos estados brasileiros) e a pauperização (aumento da incidência de pessoas com HIV na população de baixa escolaridade e baixa renda) passaram a ser amplamente discutidas (BRITO; CASTILHO; SZWARCOWALD, 2001).

Tais entendimentos possibilitaram a superação do termo “grupo de risco” em detrimento do uso do termo “comportamento de risco”. Posteriormente, passou-se a utilizar o conceito de vulnerabilidade que engloba uma série de fatores, tais como o comportamento dos indivíduos, ações do poder público e fatores sociais (SEFFNER, 1998). Para Ayres (2002, p. 20)

Migrar do risco para a vulnerabilidade, como já foi apontado, é outro importante desafio. Em termos bem sintéticos, trata-se de não centrar as políticas, programas e ações tanto em grupos identitários, ou grupos de risco, mas nas relações socialmente estabelecidas entre os diversos grupos populacionais e suas interdependentes e cambiantes identidades. Por outro lado, não tratar as práticas que expõem as pessoas ao HIV e ao adoecimento por aids como fruto exclusivo da vontade e do grau de esclarecimento dos indivíduos, mas ver os comportamentos como a resultante final de um conjunto de condições estruturais e contextuais de onde essas práticas emergem.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) desde o início da epidemia, mais de 70 milhões de pessoas adquiriram a infecção e cerca de 35 milhões delas morreram; cerca de 37 milhões de pessoas em todo o mundo vivem com o HIV (OPAS, 2019). Dados do Boletim Epidemiológico HIV/aids (2018a) evidenciam que só no ano de 2017, foram notificados 42.420 casos de infecção pelo HIV e 37.791 casos de aids. Considerando esses dados, pode-se afirmar que o HIV/aids se trata de um problema de saúde pública.

Entretanto, após anos de lutas e conquistas no que diz respeito às políticas públicas para as pessoas que vivem com HIV e opções de tratamento e prevenção para a doença, em maio de 2019 foi publicado o decreto presidencial nº 9.795, que modificou a estrutura do departamento que promove o combate à aids no Ministério da Saúde (BRASIL, 2019). O Departamento de IST (Infecções Sexualmente Transmissíveis), aids e Hepatites Virais passou a se chamar Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis, contribuindo para a invisibilização dessas questões no Ministério da Saúde, um retrocesso no que diz respeito à saúde no Brasil e uma mudança que foi feita sem um diálogo com a sociedade civil.

Considerando as questões apresentadas até aqui, reforçamos que a aids é um grave problema de saúde pública no Brasil por sua gravidade e característica pandêmica. De acordo com informações do Boletim Epidemiológico de HIV/aids do Ministério da Saúde (2018a), desde a identificação do primeiro caso de aids no Brasil em 1980 até junho de 2018, foram detectados 982.129 casos de aids.

O país tem registrado uma média de 40 mil novos casos de aids nos últimos cinco anos. Segundo dados recentes do Boletim Epidemiológico sobre HIV/aids, no que se refere às faixas etárias, houve um significativo aumento no país na taxa de detecção de HIV entre adolescentes com mais de 15 anos. Em um período de 10 anos, entre 2007 e 2017, a taxa de detecção triplicou, sendo observado que a maioria dos casos de infecção pelo HIV encontra-se na faixa de 20 a 34 anos, representando 52,6% dos casos. No que diz respeito à escolaridade das pessoas diagnosticadas com o vírus HIV, neste mesmo período, de acordo com dados do Boletim Epidemiológico, entre indivíduos com curso superior incompleto houve 12.512 casos e 52.955 casos entre os indivíduos com curso superior completo. (BRASIL, 2018a).

O Rio Grande do Sul é um dos estados com maior índice de casos de HIV/aids por habitante do país: possui 23.957 casos notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) do Ministério da Saúde. No ranking dos 100 municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes com maior número de casos de HIV/aids, apresentado no Boletim Epidemiológico HIV/aids do ano de 2018, 14 deles são gaúchos, destacando-se os municípios de Uruguaiana (7º posição) e Bagé (17º posição), que possuem campus da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) (BRASIL, 2018a).

Considerando o que foi exposto, tomamos como objeto de estudo o conhecimento sobre HIV/aids no contexto da UNIPAMPA, instituição resultante de reivindicação da comunidade regional, que tem como um de seus objetivos contribuir com o desenvolvimento da metade sul do Rio Grande do Sul, caracterizada por um extenso território com sérios problemas socioeconômicos. A UNIPAMPA atualmente é composta por 10 campi em diferentes cidades do Rio Grande do Sul (Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana) que ofertam 64 cursos de graduação e pós-graduação, 17 mestrados e quatro doutorados, além de 27 especializações, atendendo aproximadamente 13.000 discentes segundo o Plano de Dados Abertos (PDA) disponibilizado no site da Universidade (UNIPAMPA, 2018).

Portanto, a presente pesquisa objetivou conhecer as percepções dos(as) acadêmicos(as) de graduação e pós-graduação da UNIPAMPA sobre o HIV/aids¹; além disso, buscamos conhecer o nível de conhecimento/informação dos(as) participantes sobre o HIV/aids, suas formas de transmissão e as práticas adotadas para prevenção, bem como verificar se o tema HIV/aids é abordado nos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade. Para tanto, o texto foi organizado em três seções. A primeira apresenta os aspectos metodológicos norteadores da pesquisa. A segunda destaca a análise e discussão dos resultados obtidos na pesquisa. A terceira e última seção foi dedicada às considerações finais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa apresenta abordagem quantitativa com base no método de pesquisa de opinião pública, método de caráter pontual, por meio do qual o(a) participante é convidado a expressar sua percepção acerca de um determinado tema. Segundo Lippmann, a opinião pública refere-se a "aqueles aspectos do mundo que

¹ A presente pesquisa foi registrada no Sistema de Informação de Projetos de Pesquisa, Ensino e Extensão (SIPPEE) da Universidade Federal do Pampa.

têm a ver com o comportamento de outros seres humanos, na medida em que o comportamento cruza com o nosso, que é dependente do nosso ou que nos é interessante, podemos chamar rudemente de opinião” (LIPPMANN, 2008, p. 40).

Para tanto, a coleta de dados deu-se por meio do preenchimento de um questionário on-line, anônimo, com 19 questões fechadas sobre HIV/aids com enfoque nos conhecimentos, práticas de prevenção e papel das instituições educativas na abordagem deste tema. O referido questionário foi elaborado pelos(as) próprios(as) pesquisadores(as) com inspiração em parâmetros teóricos e metodológicos utilizados em pesquisas sobre o tema (VARGAS; BELLINI, 2013; SEFFNER, 2014). O link do questionário foi disponibilizado na ferramenta *Google Forms* e enviado por e-mail para os(as) discentes através de uma lista de transmissão da universidade, totalizando aproximadamente 13 mil estudantes. O instrumento de coleta de dados ficou disponível para respostas por um período de 10 dias. No que diz respeito às questões éticas, as pesquisas de opinião pública com participantes não identificados não são registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP, segundo a Resolução nº 510 de 07 de abril de 2016. Assim, considerando o instrumento de coleta de dados, não foi necessária a submissão e apreciação da pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa da instituição. Entretanto, destacamos que o questionário apresentava uma introdução que informava ao(à) discente os objetivos, justificativa e contexto da pesquisa. Apresentamos abaixo as questões que foram utilizadas no questionário.

Por tratar-se de um estudo exploratório inicial, os dados produzidos por meio do questionário foram analisados através de estatística descritiva. Segundo Cosentino, Moura Jr e Costa (2013), essa forma de análise é útil quando se pretende sintetizar informações de mesma natureza, permitindo que se tenha uma visão global dessas informações, assim, a estatística descritiva permite que o(a) pesquisador(a) organize, resuma e apresente os dados de forma que facilite a compreensão do comportamento do conjunto desses dados. Dessa forma, esse tipo de estatística encontra sua utilidade em estudos em que se pretende conhecer o comportamento, características, opiniões e entendimentos de uma população específica sobre uma determinada questão de forma preliminar, ou seja, ainda sem analisar as inferências entre essas informações.

Expressos de maneira descritiva, os dados quantitativos podem ter seu comportamento analisado. Assim, podem ser apresentados de diferentes formas, como tabelas, gráficos e valores típicos que representam a forma que o conjunto de dados se comporta (COSENTINO; MOURA JR; COSTA, 2013). No presente estudo, utilizou-se o programa Excel for Windows para a análise dos dados quantitativos, que foram apresentados por meio de sua frequência absoluta e relativa, descrita por meio do número absoluto de respostas e pela representação percentual dessas respostas no total de participantes. Os dados com valores variáveis, como a idade dos(as) participantes, foram apresentados por meio da média aritmética, e nestes dados também se utilizou o desvio padrão como medida de dispersão com o intuito de expressarem-se as semelhanças e variabilidades.

Quadro 1: Modelo de questionário

1) Gênero		
<input type="checkbox"/> Feminino	<input type="checkbox"/> Masculino	<input type="checkbox"/> Outro
2) Idade		
3) Cor/Raça		
<input type="checkbox"/> Branca	<input type="checkbox"/> Amarela	<input type="checkbox"/> Indígena
<input type="checkbox"/> Parda	<input type="checkbox"/> Preta	<input type="checkbox"/> Sem declaração
4) Estado Civil		
<input type="checkbox"/> Solteiro(a)	<input type="checkbox"/> Casado(a)	<input type="checkbox"/> Viúvo(a)
<input type="checkbox"/> Separado(a)	<input type="checkbox"/> Divorciado(a)	<input type="checkbox"/> União estável
5) Curso (graduação ou pós-graduação)		
6) Em qual campus você estuda?		
<input type="checkbox"/> Alegrete	<input type="checkbox"/> Bagé	<input type="checkbox"/> Caçapava do Sul
<input type="checkbox"/> Dom Pedrito	<input type="checkbox"/> Itaqui	<input type="checkbox"/> Jaguarão
<input type="checkbox"/> Santana do Livramento	<input type="checkbox"/> São Borja	<input type="checkbox"/> São Gabriel
<input type="checkbox"/> Uruguaiana		
7) Como você avalia o seu nível de conhecimento/informação sobre HIV/Aids?		
<input type="checkbox"/> Baixo	<input type="checkbox"/> Satisfatório	
<input type="checkbox"/> Regular	<input type="checkbox"/> Excelente	
8) Existe diferença entre HIV e Aids?		
<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não sei
9) Conhece as formas de transmissão do HIV?		
<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
10) Se você respondeu sim na questão anterior assinale formas possíveis de transmissão do HIV:		
<input type="checkbox"/> Contato com sangue contaminado	<input type="checkbox"/> Através do beijo	<input type="checkbox"/> Objetos de higiene pessoal
<input type="checkbox"/> Sexo oral sem camisinha	<input type="checkbox"/> Sexo anal sem camisinha	<input type="checkbox"/> Sexo vaginal sem camisinha
<input type="checkbox"/> Da mãe soropositivo para seu filho(a) durante a gravidez, parto e amamentação		

11) Como você avalia o seu conhecimento/informação sobre as formas de prevenção do HIV?

- Baixo Satisfatório
 Regular Excelente

12) Assinale os itens abaixo que para você representam formas adequadas de prevenção:

- Utilizar preservativo masculino em TODAS as relações sexuais
 Utilizar preservativo feminino em TODAS as relações sexuais
 Escolher corretamente os(as) parceiros(as) com quem se relaciona
 Evitar relações homossexuais
 Evitar o compartilhamento de objetos
 Utilizar dois preservativos concomitantes na relação sexual
 Evitar o uso de piscina, sauna e banheiros públicos
 Não compartilhar seringas e objetos perfurocortantes
 Outro(s)

13) Assinale os seus cuidados na prevenção ao HIV:

- Utilização de preservativo na última relação sexual
 Utilização de preservativo em relação sexual com parceiro(a) fixo
 Utilização de preservativo nas últimas 5 relações sexuais
 Utilização de preservativo em todas as relações sexuais

14) Se em algum momento você já teve uma relação sexual desprotegida, assinale o(s) motivo(s):

- Tenho a sensação de que o preservativo interfere no ato sexual Tenho parceiro(a) fixo O(a) meu parceiro não quis utilizar preservativo
 Esqueci de utilizar o preservativo Não gosto de utilizar preservativo Tenho alergia

15) Você já realizou algum teste de diagnóstico do HIV?

- Sim, uma vez Sim, mais de uma vez Não

16) Se você respondeu sim na questão anterior, assinale o(s) motivo(s):

- Por solicitação médica Era obrigatório para assumir a vaga de emprego Em função de relação sexual desprotegida

Em função de acidente de trabalho Faz parte dos meus exames de rotina Durante a doação de sangue

17) O tema HIV/Aids foi tratado no seu curso de graduação e/ou pós-graduação?

Sim, na graduação Sim, na pós-graduação Não

18) Se você respondeu sim na questão anterior, como você avalia essa abordagem:

Insatisfatória Satisfatória

Regular Excelente

19) Assinale outras instâncias sociais nas quais o HIV/Aids é abordado:

Família Escola Religião

Meios de comunicação social (jornais, televisão, rádio, revistas, internet, cinema etc.) Grupos de amigos(as)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao todo, 1.200 discentes responderam ao questionário on-line, representando cerca de 9,2% do total de discentes da UNIPAMPA. Cabe destacar que obtivemos respostas de discentes pertencentes aos 10 campi da instituição. A seguir, apresentamos a análise dos questionários organizada em três momentos. Inicialmente, apresentamos o perfil dos(as) participantes do estudo; na sequência, analisamos as percepções acerca do HIV/aids após discutimos as práticas de prevenção e, por fim, a abordagem da temática HIV/aids.

Perfil dos(as) participantes

De acordo com os dados coletados e analisados de forma quantitativa, a média de idade dos(as) participantes é de 26 anos (± 9), sendo 67,1% (799) do **gênero feminino** e 32,6% (388) do **gênero masculino**. A maior participação de pessoas do gênero feminino na pesquisa pode ser atribuída ao fato de que historicamente a mulher é responsabilizada pelo cuidado de sua saúde e dos demais membros da família. Segundo Silva e Ribeiro (2010, p. 78), diversas estratégias têm atuado

no sentido de que as mulheres passem a ser responsáveis pela própria vida, pela vida dos filhos e do parceiro, fazendo uso dos conhecimentos médicos disponíveis, gerenciando seus corpos através da realização de exames preventivos, tais como os exames de DST e HIV/aids, de câncer do colo de útero, de câncer de mama, usando preservativo nas relações sexuais, usando métodos contraceptivos, etc.

No que diz respeito à cor/raça, a maioria dos(as) participantes se autodeclarou **branca**, correspondendo a 72,6% (862); 16,4% (195) **parda**; 6,9% (82) **preta**; 0,9% (11) **amarela**; 0,6% (7) **indígena** e 2,5% (30) optaram por **não declarar**. Esses dados nos possibilitam refletir que o ensino superior é em sua maioria constituído por pessoas brancas, o que corrobora com os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no ano de 2016, que mostram que somente 12,8% dos(as) negros(as) (pretos e pardos), entre os 18 e 24 anos, são estudantes em instituições de ensino superior brasileiras (IBGE, 2016). Entretanto, cabe destacar que, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de

Domicílios de 2016, 54% da população brasileira se autodeclara preta ou parda (IBGE, 2016). Diversos estudos evidenciam que as ações afirmativas têm contribuído para a modificação do perfil cor/raça nas universidades:

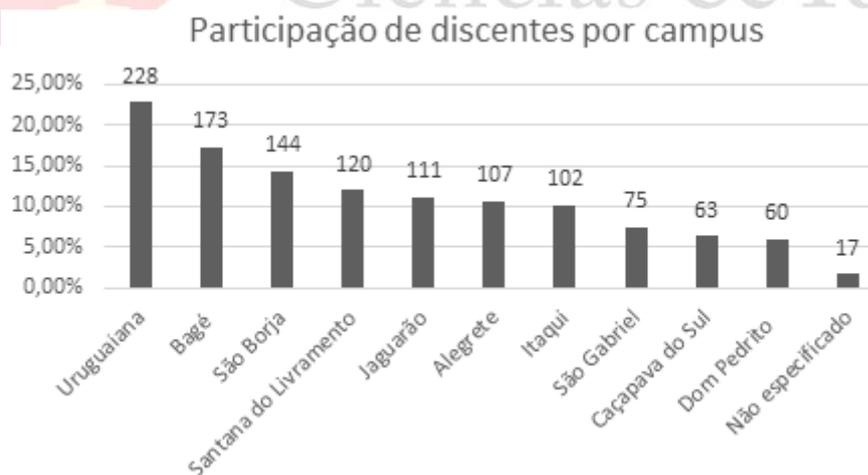
A partir dos anos 2000, o movimento negro intensificou ainda mais o processo de ressignificação e a politização da raça, levando a mudanças internas na estrutura do Estado como, por exemplo, a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), em 2003. Além disso, várias universidades públicas passaram a adotar medidas de ações afirmativas como forma de acesso, em especial, as cotas raciais (GOMES, 2012, p. 739).

O Censo do Ensino Superior elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) também evidencia o aumento do número de matrículas de estudantes negros(as) em cursos de graduação. Em 2011, do total de 8 milhões de matrículas, 11% foram feitas por alunos pretos ou pardos. Em 2016, ano do último Censo, o percentual de negros(as) matriculados subiu para 30% (INEP, 2016). O que evidencia que precisamos avançar muito para modificar o perfil étnico-racial da universidade que deve “valorizar o diálogo entre os diferentes sujeitos sociais e suas culturas sendo este um espaço de formação de cidadãos que se posicionem contra toda e qualquer forma de discriminação” (GOMES, 2012, p. 735).

Continuando a análise dos dados, no que diz respeito ao estado civil 73,2% (865) se declararam **solteiros(as)**; 13% (154) **casados(as)**; 9,6% (113) possuem **união estável**; 2,7% (32) **divorciados(as)**; 1% (12) **separados(as)** e 0,5% (6) **viúvos(as)**.

Dentre os 10 campi da UNIPAMPA, a maior porcentagem de retorno foi do campus Uruguaiana e a menor foi do campus Dom Pedrito, como podemos perceber no gráfico abaixo.

Gráfico 1: Apresenta a participação dos(as) discentes de cada campus de acordo com porcentagem e número absoluto. O eixo horizontal direito representa a porcentagem e o eixo horizontal esquerdo o número absoluto de respostas.



Fonte: Elaborado pelos(as) autores(as).

Atribuímos o maior retorno de discentes do campus Uruguaiana pelo fato de que nesse campus estão situados os cursos da área da saúde. Além disso, o campus Uruguaiana está entre os que apresentam maior número de alunos(as) (UNIPAMPA, 2018).

Percepções dos(as) discentes da UNIPAMPA acerca do HIV/aids

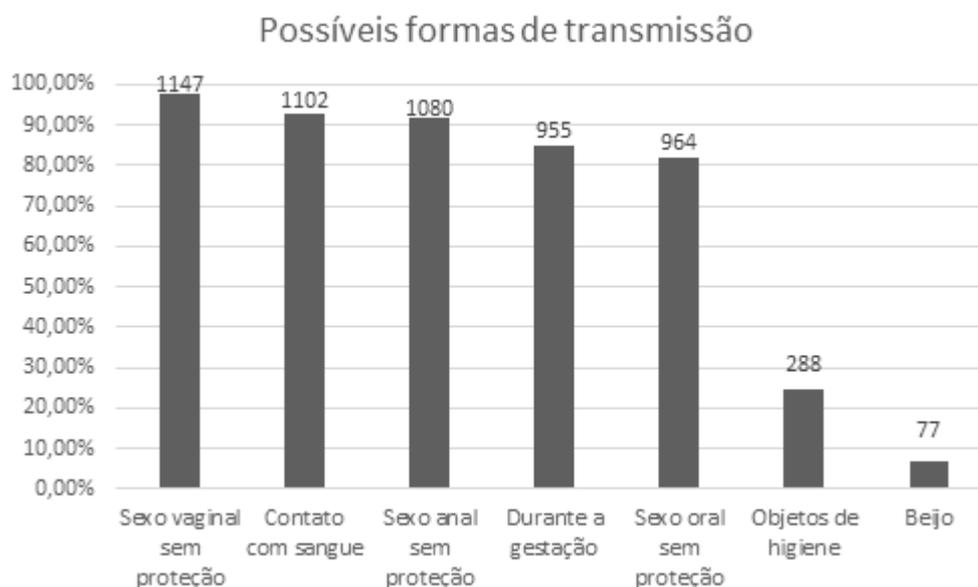
Nesta seção do artigo, iremos discutir as respostas quanto às questões relativas aos conhecimentos/informações dos(as) participantes com respeito ao HIV/aids, tratando-se das questões do número 7 ao 10 do questionário.

A questão de número 7 solicitava uma autoavaliação do nível de conhecimento/informação sobre HIV/aids. Ao analisar as respostas percebemos que a maioria avaliou seu conhecimento como **satisfatório**, 54% (647) dos(as) participantes; 30% (355) avaliaram como **regular**; 8,6% (102) **excelente** e apenas 6,8% (81) dos(as) participantes consideraram seu conhecimento **baixo**.

Ao serem questionados(as) se existe diferença entre HIV e aids, questão 8 do questionário, 69,7% (826) dos(as) participantes responderam **sim**, 18,8% (223) responderam **não** e 11,5% (136) afirmaram **não saber**. Quanto à autoavaliação do conhecimento acerca das formas de transmissão do HIV, na questão 9, 98% (1162) dos(as) participantes declararam saber as formas de transmissão do HIV e 2% (24) declararam não saber as formas de transmissão do vírus.

Na sequência do questionário, a questão 10 apresentava sete alternativas dentre as quais os(as) participantes deveriam apontar a(s) forma(s) possíveis de transmissão do HIV. A alternativa mais selecionada foi **por relação sexual vaginal sem camisinha**, 97,7% (1147) das pessoas selecionaram essa opção, no outro extremo, 6,6% (77) das pessoas afirmaram ser **possível a contaminação através do beijo**. As demais frequências de resposta estão expressas no gráfico abaixo.

Gráfico 2: Apresenta as formas pelas quais os(as) discentes acreditavam ser possível de ocorrer a transmissão do HIV. O eixo horizontal direito representa a porcentagem e o número absoluto de respostas encontra-se sobre as colunas.



Fonte: Elaborado pelos(as) autores(as).

Chama a atenção que aproximadamente 30% dos(as) participantes do estudo não sabem a **diferença entre HIV e aids**. Se por um lado esse dado nos indica um baixo

conhecimento sobre o tema, por outro nos leva a pensar que não podemos desconsiderar os avanços do Sistema Único de Saúde, através da distribuição gratuita dos medicamentos antirretrovirais, bem como a recente utilização da profilaxia pré-exposição (PrEP) e a profilaxia pós-exposição (PEP), o que diminui as chances de desenvolver a doença.

A maioria dos(as) participantes declarou que conhece as formas de transmissão do HIV/aids; entretanto, quando analisamos mais detalhadamente as respostas sobre as formas de transmissão, percebemos que existe desconhecimento e preconceitos acerca do HIV/aids. Dentre as alternativas disponíveis para seleção, havia aquelas pelas quais é comprovado que não ocorre a transmissão do vírus, como, por exemplo, o **compartilhamento de objetos de higiene pessoal e através do beijo**. No entanto, alguns(umas) participantes marcaram estas alternativas, o que nos leva a pensar que ainda persistem mitos acerca das formas de transmissão no imaginário social, evidenciando lacunas no conhecimento dos(as) participantes do estudo, principalmente se considerarmos que 24,5% dos(as) participantes pensam **ser possível ocorrer a transmissão através do compartilhamento de objetos pessoais**.

Os resultados analisados demonstraram que os(as) universitários(as) necessitam de maior aprofundamento quanto à transmissão e meios de prevenção. Por outro lado, consideramos satisfatória a porcentagem de pessoas que considera **possível ocorrer a transmissão do HIV via sexo vaginal**, 97,7% (1147). Entretanto, ao considerar as outras formas de transmissão, percebemos uma porcentagem menor quanto à **transmissão através do sexo anal sem camisinha**, 92% (1080). Este alto índice de respostas pode estar associado ao fato do preservativo masculino ser um dos maiores símbolos do sexo seguro, amplamente divulgado em campanhas publicitárias. Segundo Chaves et al. (2014, p. 52), "a televisão exerce um importante papel na divulgação das informações sobre modos de prevenção e transmissão do HIV". Esses dados evidenciam que os(as) participantes do estudo associam o sexo via penetração com uma maior exposição ao HIV.

Vale ressaltar que cerca de 30% dos(as) discentes consideram **não ser possível a transmissão do HIV pelo sexo oral sem camisinha**. Sobre essa questão, é importante salientar que é possível ocorrer a transmissão do HIV via sexo oral sem camisinha por meio do contato direto com fluidos corporais, tais como o sêmen e as secreções vaginais. Porém, segundo a Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABIA, 2016), o risco de transmissão através dessa prática é considerado baixíssimo.

Práticas de prevenção

As questões de número 11 a 16 tratavam das práticas de prevenção dos(as) participantes do estudo. Cabe destacar que essas questões eram de múltipla escolha, isto é, os(as) participantes poderiam escolher mais de uma alternativa. A questão 11 requeria uma autoavaliação do conhecimento/informação sobre as formas de prevenção do HIV. Ao analisarmos as respostas, percebemos que 55,4% (660) dos(as) participantes **consideraram satisfatório** o seu nível de conhecimento/informação acerca das formas de prevenção; 27,2% (324) consideraram **regular**; 12,6% (150) **excelente** e 4,9% (58) **baixo**.

A questão de número 12 solicitava aos(às) participantes que assinalassem entre os itens disponibilizados aqueles que representavam formas adequadas de prevenção. A maioria dos(as) participantes, 97,4% (1161) assinalou a opção **utilizar preservativo masculino em todas as relações sexuais**, algo semelhante com o encontrado na pesquisa realizada por Silva et al. (2013, p. 621) em uma universidade privada do Rio de Janeiro, no qual afirmam que "sobre as formas de prevenção, verifica-se que a maioria (96,88%) compreende corretamente que o preservativo é a forma mais eficaz para prevenir a transmissão do HIV". Cabe destacar que esse resultado é significativo, já que, para o Ministério da Saúde,

O preservativo, ou camisinha, é o método mais conhecido, acessível e eficaz para se prevenir da infecção pelo HIV e outras infecções sexualmente transmissíveis (IST), como a sífilis, a gonorreia e também alguns tipos de hepatites. Além disso, ele evita uma gravidez não planejada. (BRASIL, 2018c, on-line)

Por outro lado, apenas 77,3% (921) apontou que **utilizar preservativo feminino em todas as relações sexuais** seria uma forma adequada de prevenção, o que é conflitante frente aos 55,4% (660) dos(as) participantes que consideraram satisfatório o seu conhecimento/informação sobre as formas de prevenção do HIV.

Já 96,9% (1155) dos(as) participantes apontaram o **não compartilhamento de seringas e objetos perfurocortantes**, demonstrando conhecimento de alguns cuidados básicos no manejo desses objetos, e 29,4% (351) marcaram **evitar o compartilhamento de objetos pessoais**, evidenciando a presença de tabus acerca das formas de prevenção do HIV.

Nessa perspectiva, na análise dos dados foi possível identificar que ainda persiste o mito de **escolher corretamente os(as) parceiros(as) com quem se relaciona**, uma vez que 36,4% (434) apontaram esta alternativa como segura. Seffner (1998, p. 141) discute que, devido a noção de "grupo de risco" amplamente difundida no início da epidemia, ainda persiste no imaginário social "um sentido mágico associado à escolha do parceiro(a), como se o HIV fosse um atributo diretamente visível, ou facilmente detectado na conversa com o(a) possível parceiro(a)".

Quando apresentada a opção de se **utilizar dois preservativos concomitantes na relação sexual**, 5,8% (69) dos(as) participantes apontaram esta alternativa, sendo esta uma atitude não recomendável. Segundo Oliveira et al. (2008), essa informação precisa ser reforçada na promoção do método, pois alguns usuários levados pelo exagero em se proteger, intuitivamente e com certa lógica, acreditam que dois preservativos protegerão mais que um.

Evitar relações homossexuais foi uma alternativa selecionada por 5,4% (64) dos(as) participantes, evidenciando que ainda persiste o entendimento de que a aids é uma doença de homossexuais, uma percepção estigmatizada dos grupos de risco, conceito superado e abandonado (AYRES, 2002).

Finalmente, 3,1% (37) dos(as) participantes apontaram que **evitar o uso de piscina, sauna e banheiros públicos** seria uma forma adequada de prevenção, reforçando a estigmatização das pessoas que vivem com HIV/aids.

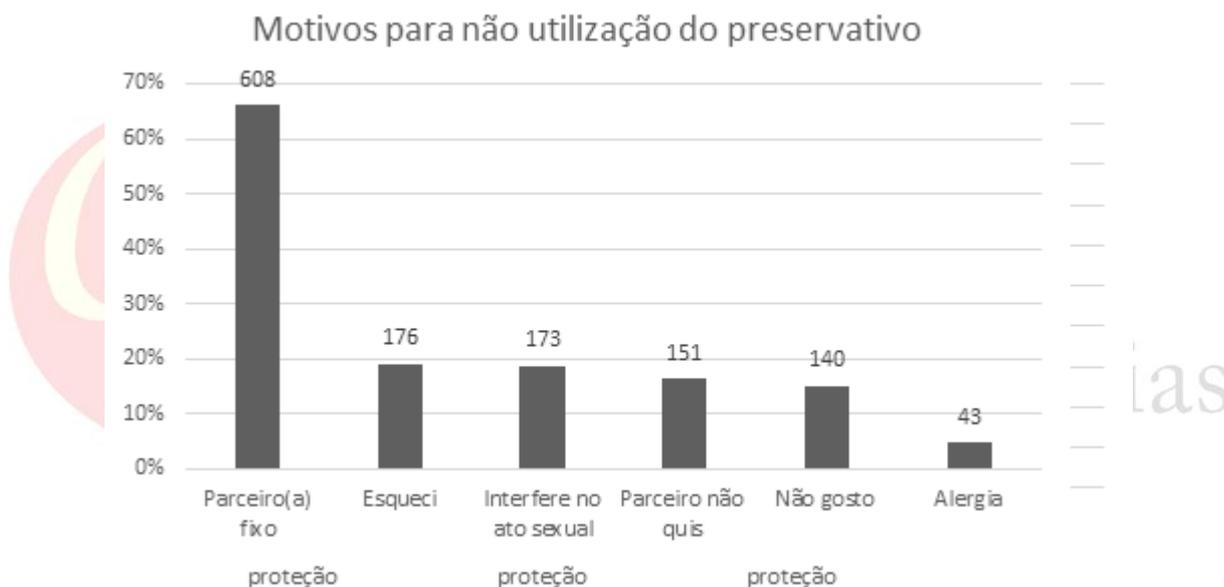
Na questão 13, buscamos conhecer o comportamento dos(as) participantes do estudo quanto aos seus cuidados na prevenção do HIV/aids no que diz respeito à utilização de preservativos nas relações sexuais. Sobre essa questão, 76,5% (792) dos(as) participantes declararam ter utilizado preservativo em **todas as relações sexuais**, seguido da **utilização de preservativo em relação sexual com parceiro(a) fixo** 39,5% (409); 32,33% (334) declararam a **utilização de preservativo na última relação** e, finalmente, o menor índice de **utilização de preservativo foi nas últimas 5 relações sexuais**, com 23,1% (239).

Analisando esses dados, podemos evidenciar que a não utilização de preservativo nas relações sexuais ainda é uma prática preocupante, pois embora tendo noções das formas eficazes de prevenção, os sujeitos não as colocam em prática em suas relações sexuais, evidenciando a situação de vulnerabilidade ao HIV. Seffner (1998) encontrou, em uma pesquisa com adolescentes, resultados semelhantes aos da presente pesquisa, na qual os(as) participantes apresentaram um elevado índice de conhecimentos e informações acerca do HIV/aids, porém os conhecimentos não eram operacionalizados em termos de prevenção.

Além disso, os resultados obtidos corroboram com pesquisa similar realizada na Universidade Estadual de Feira de Santana, na Bahia, sobre HIV/aids, na qual Brotas e Melo (2009) mostraram que os(as) universitários(as) têm conhecimento geral sobre HIV/aids, mas necessitam de maior aprofundamento nos aspectos de transmissão, meios de prevenção e tratamento. Segundo as autoras, “a pesquisa mostra que esta temática é rodeada de medos, ansios, dúvidas e necessita ser debatida com mais veemência no espaço universitário, antes, durante e após as vivências acadêmicas dos estudantes” (BROTAS; MELO, 2009, p. 1).

Na questão 14, os(as) participantes foram convidados a marcar os motivos que os levaram a ter relação sexual desprotegida. A alternativa com o maior índice de respostas foi **tenho parceiro(a) fixo**, com 66% (608). As demais alternativas podem ser visualizadas no gráfico abaixo.

Gráfico 3: Apresenta as formas pelas quais os(as) discentes acreditavam ser possível ocorrer a transmissão do HIV. O eixo horizontal direito representa a porcentagem e o número absoluto de respostas encontra-se sobre as colunas.



Fonte: Elaborado pelos(as) autores(as).

Tais dados reforçam a não utilização do preservativo com parceiro(a) fixo(as). Estudos desenvolvidos por Silva e Vargens (2009) e Garcia e Souza (2010) apontam que, baseados na presunção de fidelidade, usualmente quando há união estável, matrimonial ou em namoros mais duradouros, não ocorre a utilização de preservativos, o que, em geral, fica restrito às relações sexuais eventuais. Para Jeolás (2003, p. 138),

[...] a não continuidade do uso do preservativo com parceiros “conhecidos” ou “de confiança” (relacionada à estabilidade e à fidelidade da relação) e a dificuldade de proposição do uso do preservativo pelas jovens, advinha das relações de gênero que reproduzem a impossibilidade de uma mulher “desconfiar” do seu parceiro nas relações afetivo-sexuais.

Por outro lado, a mulher é incentivada a negociar com o parceiro o uso do preservativo, o que se configura como uma questão de gênero, pois o sexo é praticado pelos dois e a decisão sobre o uso do preservativo não deveria ser unilateral. Sobre essa questão, Garcia e Souza (2010, p. 18) recomendam a importância do investimento “na divulgação, promoção e distribuição do preservativo feminino como uma alternativa para as mulheres que não conseguem negociar o uso do preservativo masculino com seus parceiros”.

Outro dado preocupante obtido com a análise dos questionários foi o considerável índice de desconhecimento da sua própria situação sorológica pelos(as) participantes da pesquisa, pois menos da metade dos(as) participantes, 40,5% (482) destes, declararam que **já haviam feito teste diagnóstico mais de uma vez**; já 34,8% (414), um número expressivo das respostas, declararam **nunca terem feito o teste** e 24,7% (294) responderam **terem feito uma vez**. Vale lembrar que, quanto mais precoce o diagnóstico do HIV, melhores são as possibilidades de tratamento. Sobre essa questão, o Ministério da Saúde defende a importância de cada indivíduo conhecer a sua situação sorológica; entretanto, a população sexualmente ativa do país tem reduzido acesso às ações de aconselhamento, diagnóstico e tratamento das IST e do HIV/aids, o que amplifica sua vulnerabilidade a agravos (BRASIL, 2017).

Por fim, a questão 16 solicitava que quem tivesse realizado exames de diagnóstico do HIV indicasse os motivos. Obtivemos 56,5% (437) das respostas para **faz parte dos meus exames de rotina**. Durante a **doação de sangue** foi a resposta de 34,4% (266); por **solicitação médica**, de 29,0% (224) e em função de **relação sexual desprotegida**, 26,5% (205). Outras 42 pessoas (5,4%) responderam terem feito exame devido à **obrigatoriedade para assumir a vaga de emprego** e, finalmente, em função de **acidente de trabalho** obtivemos 2,6% (20) das respostas. Dentre as várias circunstâncias que podem levar as pessoas a realizarem exames de diagnóstico do HIV/aids percebemos que a opção com maior escolha foi a de exames de rotina: mais da metade dos(as) participantes marcaram esta opção; além disso, mais de 220 pessoas declararam realizar exame sorológico em função de relação sexual desprotegida, reforçando novamente a não utilização de preservativos em todas relações sexuais.

A discussão do HIV/aids na UNIPAMPA

Partimos do pressuposto que o direito à educação sexual esclarecedora faz parte dos direitos sexuais e reprodutivos, e que esses, por sua vez, fazem parte dos direitos humanos (SAMPAIO, 2015). Portanto, a universidade como uma instituição formal de ensino deve abordar amplamente as questões relacionadas à sexualidade na perspectiva dos direitos humanos, independentemente do curso de formação.

Nesse sentido, por meio das questões de número 17 a 19 buscamos conhecer se o tema HIV/aids foi tratado nos cursos de graduação e pós-graduação da universidade, como avaliaram essa abordagem e, por fim, outras instâncias sociais nas quais o tema é abordado.

A maioria, 79,4% (938), respondeu que o tema **não foi abordado na universidade**; 22,6 % (267) afirmaram que o tema **havia sido abordado na universidade**, sendo 21,1% (249) **na graduação** e 1,5% (18) **na pós-graduação**. Dentre aqueles(as) participantes que tiveram a discussão do tema (362), 37,0% (134) consideraram **satisfatória**; 27,3% (99) consideraram a abordagem **insatisfatória**; 25,4% (92) apontaram como **regular** e apenas 10,2% (37) avaliaram como **excelente**.

Considerando que aproximadamente 80% dos(as) participantes da pesquisa afirmaram que o tema HIV/aids não foi abordado na universidade, fica evidente a necessidade de uma revisão/intensificação da alusão deste tema no decorrer dos cursos de graduação e pós-graduação da UNIPAMPA.

Segundo Moskovic e Calvetti (2008), o ambiente educacional é um espaço privilegiado de construção e socialização do saber, de exercício da cidadania e qualificação da vida. Nessa perspectiva, a universidade deve comprometer-se com a formação integral do cidadão e da cidadã, uma vez que é capaz de influir no contexto social, político e cultural para mudanças de comportamento. Porém, há carência de iniciativas no meio universitário que visem à capacitação de seus acadêmicos(as). A prevenção, mais do que um trabalho técnico-teórico, é um trabalho de educação que visa à mudança de comportamentos e das formas de pensar dos indivíduos.

Não se trata de apontar uma receita única para a abordagem da sexualidade no contexto da universidade, uma vez que essa abordagem pode acontecer de diferentes formas em cada currículo, dependendo das características de cada curso, do perfil do egresso e da formação dos(as) docentes etc. A sexualidade pode perpassar as atividades de ensino, pesquisa e extensão na universidade, de modo a contribuir com a formação de sujeitos na perspectiva dos direitos sexuais e reprodutivos.

Com relação às fontes de obtenção de informações a respeito do HIV/aids, solicitamos aos(as) participantes que na questão 19 assinalassem outras instâncias sociais nas quais o tema é abordado. Na referida questão, 90,3% (1060) dos(as) participantes marcaram a alternativa que apontava a **abordagem através dos meios de comunicação social** (jornais, televisão, rádio, revistas, internet, cinema etc.); outros 59,4% (697) declararam tratar o tema HIV/aids com **grupo de amigos(as)**. Mais da metade dos(as) participantes 54,3% (638) apontaram **a escola como instância social de abordagem** do tema HIV/aids. Continuando a análise, 48,5% (569) dos(as) participantes da pesquisa apontaram tratar o HIV/aids **com a família** e, finalmente, com **grupo religioso** 6,9% (81).

Observamos que mais de 90% dos(as) participantes apontaram a abordagem através dos meios de comunicação social, em concordância com o estudo realizado por Irffi, Soares e Souza (2010, p. 340) quanto ao efeito da mídia no conhecimento a respeito do HIV/aids

O acesso e o uso dos diferentes tipos de mídia evidenciam que aproximadamente 96% dos entrevistados assistem televisão, 88,61% ouvem rádio, 68,33% têm acesso a jornal e 55,33% lêem revista. Desta forma, os meios de comunicação são potencialmente importantes instrumentos para disseminar as campanhas de prevenção contra o vírus HIV/aids.

A análise dos questionários corresponde ao apontado pelo referido estudo, visto que a vinculação de campanhas nos meios de comunicação de massa (jornais, televisão, rádio, revistas, internet, cinema etc.) representa grande oferta de informações para os(as) participantes da pesquisa. Assim sendo, considerando que mais de 90% dos(as) participantes obtêm informações através dos meios de comunicação, espera-se que os mesmos tenham qualidade na informação sobre as formas de transmissão e prevenção do HIV/aids. Os(as) participantes do estudo estão sendo basicamente informados(as) pelos meios de comunicação social, o que é preocupante, pois essas informações muitas vezes são superficiais e, em alguns casos, reproduzem estereótipos, o que reforça a importância da discussão deste tema em todas as instituições educacionais, inclusive na universidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização da presente pesquisa nos possibilitou conhecer e problematizar as percepções dos(as) acadêmicos(as) da Universidade Federal do Pampa acerca do HIV/aids. Participaram do estudo 1.200 discentes, representando cerca de 10% do total de discentes da UNIPAMPA. Quanto ao perfil dos(as) participantes, a análise apontou que a maioria é formada

por acadêmicos(as) do gênero feminino, com média etária de 26 anos, solteiros(as) e autodeclarados(as) de cor/raça branca.

Evidenciamos que a maioria dos(as) participantes apresenta conhecimento satisfatório sobre HIV/aids, mas necessita de maior aprofundamento quanto aos aspectos de transmissão e prevenção, uma vez que aproximadamente 30% dos(as) participantes declararam não saber a diferença entre HIV e aids. Observamos que mitos, tabus e preconceitos sobre as formas de transmissão e prevenção do HIV/aids ainda persistem no imaginário social, haja vista que cerca de 25% dos(as) participantes do estudo pensam ser possível ocorrer a transmissão por meio do compartilhamento de objetos pessoais.

Outro dado interessante diz respeito ao insuficiente nível de conhecimento sobre a transmissão do HIV, já que cerca de 30% dos(as) discentes consideram não ser possível a transmissão pelo sexo oral sem camisinha.

Ao analisarmos as práticas de prevenção do HIV/aids dos(as) participantes do estudo, cerca de 98% declararam como forma adequada o uso do preservativo masculino, método mais conhecido, acessível e eficaz para prevenir a infecção pelo HIV e outras infecções sexualmente transmissíveis. Ainda avaliando os dados deste tópico, identificamos uma significativa porcentagem de acadêmicos(as), quase 70%, que declarou que o motivo que os levaram a ter relação sexual desprotegida foi o fato de possuírem parceiro(a) fixo. Na análise dos questionários, observamos também um considerável índice de desconhecimento da situação sorológica dos(as) participantes da pesquisa, o que amplifica sua vulnerabilidade.

Quanto à discussão do tema HIV/aids nos cursos de graduação e pós-graduação, aproximadamente 80% dos(as) participantes afirmaram que este tema não foi abordado na universidade, e isso demonstra que estas informações necessitam ser mais exploradas e discutidas no contexto universitário. A educação integral para a sexualidade desempenha um papel central na preparação de adolescentes, jovens e adultos para uma vida segura, produtiva e satisfatória. A educação para a sexualidade proporciona oportunidades para aprender e adquirir conhecimentos abrangentes, precisos, baseados em evidências e apropriados à idade sobre sexualidade e questões de saúde sexual e reprodutiva (UNAIDS, 2018). Mais do que nunca as práticas sexuais saudáveis tornam-se objeto de preocupação, uma vez que os dados analisados mostram que alguns acadêmicos(as) encontram-se em uma situação de vulnerabilidade ao HIV/aids, sendo a discussão desses temas em sala de aula, nas diversas instâncias sociais e na família, uma forma efetiva de prevenção.

Para finalizar, destacamos que conhecer as percepções de discentes da Universidade Federal do Pampa sobre o HIV/aids é fundamental para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas para esta população. Entendemos os limites do instrumento de coleta de dados e das análises utilizando a estatística descritiva para a discussão de um tema tão complexo como o HIV/aids; entretanto, com os dados apresentados neste texto, esperamos contribuir para o debate sobre esse tema no contexto atual. Para o desdobramento desta pesquisa, pretendemos aprofundar as análises com foco nas relações entre as respostas dos(as) participantes, seus cursos de graduação e pós-graduação e diferentes características pessoais de cada um(a).

REFERÊNCIAS

ABIA. Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS. Boletim ABIA. **A reinvenção da prevenção no século XXI**, n. 61, dez. 2016. Disponível em: http://abiaids.org.br/wp-content/uploads/2016/12/BOLETIM_ABIA_61_SITE.pdf. Acesso em: 20 jan. 2020.

AYRES, José Ricardo. Práticas educativas e prevenção de HIV/Aids: lições aprendidas e desafios atuais. **Interface - Comunic, Saúde, Educ**, v. 6, n. 11, p. 11-24, ago. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v6n11/01.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/vigilancia-em-saude>. Acesso em: 5 jun. 2019.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Boletim epidemiológico HIV/Aids 2018. 2018a**. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2018/boletim-epidemiologico-hiv-aids-2018>. Acesso em: 19 ago. 2019.

BRASIL, Ministério da Saúde. **História da Aids – 1980**. 2018b. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/pt-br/noticias/historia-da-aids-1980>>. Acesso em: 16 jan. 2020.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV/Aids e das Hepatites Virais**, 2018c. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/publico-geral/o-que-e-hiv>. Acesso em: 13 jul. 2019.

BRASIL, **Decreto n. 9.795, de 17 de maio de 2019**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9795.htm. Acesso em: 18 jun. 2019.

BRITO, Ana Maria de; CASTILHO, Euclides Ayres de; SZWARCOWALD, Célia Landmann. AIDS e infecção pelo HIV no Brasil: uma epidemia multifacetada. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, v. 34, n. 2, p. 201-217, Mar./Apr. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsbmt/v34n2/a10v34n2.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2020.

BROTAS, Mariana da Silva Cavalcante; MELO, Andrea Silene Alves Ferreira. Concepções dos estudantes de Enfermagem da Universidade Estadual de Feira de Santana sobre HIV/AIDS. **Revista Baiana de Saúde Pública**, 2009, v. 33, n. 2, p. 194-203, abr./jun.2009. Disponível em: <http://files.bvs.br/upload/S/0100-0233/2009/v33n2/a005.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2019.

CASTRO, Bernardo Galvão; PEREIRA, Gelli; SOUZA Herbert de. AIDS: o que fazer? **Cadernos de Saúde Pública**, v. 2, n. 1, p. 66-83, Jan./Mar. 1986. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v2n1/v2n1a06.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2020.

CHAVES, Ana Clara Patriota; BEZERRA, Elys Oliveira; PEREIRA, Maria Lúcia Duarte; WAGNER, Wolfgang. Conhecimentos e atitudes de adolescentes de uma escola pública sobre a transmissão sexual do HIV. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 17, n. 1, p. 48-53, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v67n1/0034-7167-reben-67-01-0048.pdf>> Acesso em: 13 jun. 2019.

CONTRERA, Wildney Feres. **GAPAS: uma resposta comunitária à epidemia da AIDS no Brasil**. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, 2000. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/179_2Gapas.pdf. Acesso em: 16 jan. 2020

COSENTINO, Hélio Morrone; MOURA JR, Álvaro Alves de; COSTA André Castilho Ferreira da. **Estatística básica para tomada de decisão**. Rio de Janeiro: Funenseg, 2013.

GARCIA, Sandra; SOUZA, Fabiana Mendes de. Vulnerabilidades ao HIV/Aids no Contexto Brasileiro: iniquidades de gênero, raça e geração. **Saúde Sociedade**, v. 19, supl. 2, p. 9-20, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v19s2/03.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2019.

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul.-set. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v33n120/05.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2019.

GRECO, Dirceu Bartolomeu. Trinta anos de enfrentamento à epidemia da Aids no Brasil, 1985-2015. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 5, p. 1553-1564, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v21n5/1413-8123-csc-21-05-1553.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2020.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101576_informativo.pdf. Acesso em: 01 jul. 2018.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo do Ensino Superior. 2016**. Disponível em: http://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/sinopses_estatisticas/sinopses_educacao_superior/sinopse_educacao_superior_2017.zip. Acesso em: 17 mai. 2019.

IRFFI, Guilherme; SOARES, Ricardo Brito; SOUZA, Sergio Aquino de. Fatores socioeconômicos, demográficos, regionais e comportamentais que influenciam no conhecimento sobre HIV/AIDS. **Economia**, Brasília (DF), v. 11, n. 2, p. 333-356, mai/ago 2010. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/6291818.pdf>. Acesso em: 18 de jun. 2019.

JEOLÁS, Leila Sollberger. Risco e Prazer Jovens e o Imaginário da Aids: notas para uma construção social do risco, **Campos**, v. 4, p. 93-112, 2003. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/download/1600/1348>. Acesso em: 24 jun. 2019.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

MOSKOVICS, Jenny Milner; CALVETTI, Prislá Ücker. Formação de multiplicadores para a prevenção das DST/AIDS numa universidade espanhola. **Psicologia ciência e profissão**, v. 28, n. 1, p. 210-217, mar. 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v28n1/v28n1a16.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2019.

OLIVEIRA, Nancy da Silva; MOURA, Escolástica Rejane Ferreira; GUEDES, Tatiane Gomes; ALMEIDA, Paulo César de. Conhecimento e promoção do uso do preservativo feminino por profissionais de unidades de referência para DST/HIV de Fortaleza-CE: o preservativo feminino precisa sair da vitrine. **Saúde soc.**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 107-116, mar. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v17n1/10.pdf>. Acesso em: 23 de jun. 2019.

OPAS, Brasil. Organização Pan-Americana da Saúde. **Dez ameaças à saúde que a OMS combaterá em 2019**. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5848:dez-ameacas-a-saude-que-a-oms-combatera-em-2019&Itemid=875. Acesso em: 16 jan. 2020.

SAMPAIO, Paula Faustino. Direitos sexuais e reprodutivos. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio. (orgs.) **Dicionário crítico de gênero**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015. P. 166-171

SEFFNER, Fernando. Aids & escola. In: MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann. **Saúde e sexualidade na escola**. Porto Alegre: Mediação, 1998. P. 125-143.

SILVA, Anderson Pinto da et al. Conhecimento e percepção de vulnerabilidades para o HIV/aids entre os acadêmicos de uma universidade privada. **Rev. enferm. UERJ**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 618-623, 2013. Disponível em: <http://www.facenf.uerj.br/v21nesp1/v21e1a10.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2019.

SILVA, Carla Marins; VARGENS, Octavio Muniz da Costa. A percepção de mulheres quanto à vulnerabilidade feminina para contrair DST/HIV. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 43, n. 2, p. 401-406, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v43n2/a20v43n2.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2019.

SILVA, Fabiane Ferreira da; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Políticas e campanhas de saúde: estratégias de governo da população. In: HENNING, Paula Corrêa; GARRÉ, Bárbara Hees; LUVIELMO, Marisa de Mello. (orgs). **Biopolítica e governamentalidade**: modos de fazer e gerenciar a educação contemporânea. Rio Grande: FURG, 2010. P. 74-87.

UNAIDS, Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids. **Estatísticas**. Disponível em: <https://unaids.org.br/estatisticas/>. Acesso em: 24 jun.2019.

UNIPAMPA. **Plano de Dados Abertos 2017-2018**. 2018. Disponível em: <http://novoportal.unipampa.edu.br/novoportal/sites/default/files/plano-dados-abertos-unipampa.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2019.

VARGAS, Fabiana de Vicente; BELLINI, Luzia Marta. O que falam sobre HIV/AIDS os alunos do Ensino Médio e da graduação em Ciências Biológicas. In: MAIO, Eliane Rose; CORREA, Crishna Mirella de Andrade. **Gênero, direitos e diversidade sexual**: trajetórias escolares. Maringá: Eduem, 2013. P. 97-113.

WEEKS, Jeffrey. O Corpo e a Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo Educado**: pedagogias da sexualidade. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. P. 35-82.

WOLFFENBÜTTEL, Karina; CARNEIRO, Nivaldo. Uma breve história dos Centros de Testagem e Aconselhamento (CTA) enquanto organização tecnológica de prevenção de DST/Aids no Brasil e no estado de São Paulo. **Saúde Coletiva**, v. 4, n. 18, p. 183-187, 2007. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/842/84218406.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2019.

